

HERÓDOTO DE MENTIRINHA: Varnhagen, a escrita da história da Guerra Holandesa e seu diálogo com as obras dos séculos XVII, XVIII e XIX

Kleber Clementino*

RESUMO: F. A. de Varnhagen conquistou, ao longo dos séculos XX e XXI, os títulos de “Heródoto Brasileiro” e “Fundador da História do Brasil”, pelo celebrado pioneirismo científico e rigor crítico de seus livros, que teriam introduzido marcada ruptura com a historiografia precedente. O presente artigo, todavia, procura demonstrar que, ao menos quanto ao tema da Guerra Holandesa (1624-1654), Varnhagen, ocupado no Segundo Reinado (1840-1889) com a construção da identidade nacional, escreveu sob influência do pensamento histórico dos séculos XVII e XVIII. Sua obra, assim, não traz a cisão, mas a culminância de uma *narratio* iniciada no curso da própria guerra, com autores como Duarte de Albuquerque Coelho e Manoel Calado, os quais Varnhagen se desafiava a superar. Para prová-lo, examinam-se sua *Historia Geral do Brazil* e sobretudo a *Historia das lutas com os Hollandezes no Brazil*, mapeando o diálogo travado com a então bicentenária bibliografia daquele conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Varnhagen; Guerra Holandesa; História da historiografia; Política.

A make-believe Herodotus: Varnhagen, the writing of the history of the Dutch War and his dialogue with the XVIIth, XVIIIth and XIXth century works

ABSTRACT: F. A. de Varnhagen earned in the XXth and XXIth centuries the titles of “Brazilian Herodotus” and “Founder of the History of Brazil”, for the celebrated scientific pioneering and critical rigour of his books, which had supposedly introduced a split in the preceding historiography. This paper however seeks to demonstrate that at least on the theme of the Dutch War (1624-1654), Varnhagen, concerned during the reign of D. Pedro II (1840-1889) with the construction of Brazil’s national identity, wrote under the influence of XVIIth and XVIIIth centuries’ historical thought. Thus his work brings not rupture, but instead the culmination of a *narratio* inaugurated during the course of said war, by authors such as D. A. Coelho e M. Calado, both of which Varnhagen defied himself to surpass. To prove it we examine his *Historia Geral do Brazil* and specially his *Historia das lutas com os Hollandezes no Brazil*, mapping the dialogue established with the known bicentennial bibliography of that struggle.

KEY-WORDS: Varnhagen; Dutch War; History of historiography; Politics.

Heródoto de fantasía: Varnhagen, la escrita de la historia de la Guerra Holandesa y su diálogo con las obras de los siglos XVII, XVIII y XIX

RESÚMEN: F. A. de Varnhagen conquistó, en los siglos XX y XXI, los títulos de “Heródoto Brasileño” y “Fundador de la Historia de Brasil”, por el supuesto pionerismo científico y rigor crítico de sus libros, que habrían introducido marcada ruptura con la anterior escrita de la Historia. Este artículo, sin embargo, busca demostrar que al menos en lo que se refiere al tema de la Guerra Holandesa (1624-1654), Varnhagen, ocupado en el reinado de D. Pedro II (1840-1889) con la construcción de la identidad nacional brasileña, escribió bajo la influencia del pensamiento histórico de los siglos XVII y XVIII. Así, su trabajo trae no división, pero la culminación de una *narratio* empujada en el curso de aquella guerra, por autores como D. A. Coelho y M. Calado, los cuales Varnhagen se desafiaba a superar. Para probarlo, examinamos la *Historia Geral do Brazil* y sobretudo la *Historia das lutas com os Hollandezes no Brazil*, mapeando el diálogo establecido con la conocida bibliografía bicentenaria de ese conflicto.

PALABRAS-CLAVES: Varnhagen; Guerra Holandesa; Historia de la historiografía; Política.

*Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, com estágio doutoral na Univ. de Évora, Portugal. Atualmente é Professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP: 52171-900 Recife, PE, Brasil. E-mail: kleberclementino1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7972-0008>.

Quando publicou a primeira edição de sua narrativa das “lutas com os Holandeses no Brasil”¹, o sorocabano Francisco Adolfo de Varnhagen estava certamente convencido do valor historiográfico e histórico de seu livro. Conquanto não o confesse abertamente (o antiquíssimo *topos* da “afetação de modéstia”² era ainda incontornável ao escritor respeitável do século XIX), o tom da introdução e as entrelinhas do texto gotejam deste sentimento de autoimportância, da convicção de que se oferecia à juvenil nação brasileira, carente de um passado, obra grave, patriótica, exata e que, com o rigor e minúcia de sua crítica, superava o conjunto dos trabalhos anteriores. Muito embora aquele acontecimento – a luta lusoneerlandesa entre 1624 e 1654 – estivesse então representado em antigos escritos e glorificado como momento axial da “história pátria”, era a primeira vez em séculos que um historiador lusófono o narrava em obra exclusiva. Antes de Varnhagen, frei Raphael de Jesus compusera relato integral da guerra, a soldo de seu mecenas, João Fernandes Vieira, a quem elevara às raias do heroísmo... em 1679³!

O barão e futuro visconde de Porto Seguro teria, portanto, bons motivos para persuadir-se de sua relevância. Em seus livros, concluíram alguns de seus leitores de então e da posteridade, presenteava o público com uma experiência historiográfica nova, alicerçada nos preceitos do debate teórico-metodológico fervilhando num mundo europeu oitocentista onde se opunham *whigs*, historicistas, historistas eruditos, românticos e, mais recentemente, socialistas⁴. Na *História das lutas*, ambicionava-se reconstruir a guerra lusoneerlandesa com a exatidão do que verdadeiramente se passara: exposição cronológica e detalhada dos fatos, linguagem entre a sobriedade científica e a exaltação da nação que teria naquela luta um de seus berços, enredo coeso e fluido, reavaliação do panteão de seus heróis e do purgatório de seus vilões. Cada nome de personagem, data e local de pequenas refregas e controvérsia de versões deveria ser retificado, precisado, fixado em definitivo. O livro deveria capturar um passado sem mediações, noumenológico, que se ocultara nas fontes. A tarefa historiográfica seria justamente sacudir estas poeiras e desvendá-lo.

Para realizar tamanha empresa, submetia Varnhagen os relatos seiscentistas publicados do conflito, fossem lusitanos ou estrangeiros⁵, a afiado escrutínio, com apoio em inédita documentação oficial, por ele e outros compulsada na Espanha e nos Países Baixos, desde a década de 1850⁶. E concluía pelo pouco merecimento da maioria das narrativas conhecidas, que agora, acareadas e submetidas a dura apreciação, forneceriam o extrato com que o autor oitocentista recuperaria, afinal, a visão sincera do que de fato se passara.

Á clausula de investigar solicitamente a verdade procurámos satisfazer, recorrendo sempre de preferencia ás fontes primitivas; – aos livros e relações de testemunhas presenciaes e escriptores contemporaneos, e principalmente ás correspondencias officiaes, pela maior parte inéditas, que nos restam, em grande numero, de uma outra parte, e servem ás vezes até a emendar erros em que caíram os proprios autores que no theatro da guerra presenciaram os factos, ou escreveram immediatamente, na posse de outros documentos, ou consultando as testemunhas de vista⁷.

Por conta deste arcabouço metodológico e desta caravana de precauções, ter-se-ia chegado com Varnhagen, argumentariam alguns de seus leitores pósteros, à *Hégira* na escrita da História no Brasil: antes retórica, literária, envenenada por lendas e preconceitos, agora racionalizada e crítica⁸. Seria, ao cabo, o arauto do pensamento histórico científico, que desperta o país de seu atrasado sono intelectual. Assim o entenderam. A adesão a tais ideias convenceu gerações de intérpretes de que o visconde de Porto Seguro mereceria título ainda mais honroso: o de “Heródoto Brasileiro”, porque seria o introdutor, no Segundo Reinado, do “moderno método histórico”, dos procedimentos de crítica documental aventados pelos pensadores historicistas e românticos europeus do século XIX (Herder, Ranke, Guizot, Thiers, Herculano), reunidos sob a rubrica genérica de “historiografia científica”⁹.

O comentário de Evaldo Cabral de Mello, ao estudar o “imaginário da restauração pernambucana”, de que com Porto Seguro e P. M. Netscher se haveria chegado às “primeiras contribuições modernas” sobre a Guerra Holandesa¹⁰, é sintomático desta tradicional apreciação. A miragem do “Varnhagen adâmico” foi erigida desde inícios do século XX, por autores como Rodolfo Garcia, Oliveira Lima e José Honório Rodrigues – apesar das acerbadas contestações oitocentistas de João Francisco Lisboa, Sílvio Romero e Capistrano de Abreu¹¹. Costumeiramente, obras sobre os “intérpretes do Brasil” principiam seu exame com Varnhagen, fazendo *tabula rasa* do que se pensava anteriormente. Mais recentemente, José Carlos Reis reitera este elogio herodotiano, assentando a *Historia Geral do Brazil* (1854-1857) com o “ano um” de nossa história intelectual. Nosso Heródoto tropical, sentencia,

É considerado (...) o fundador da história do Brasil. (...) Foi somente nos anos 1850, com Varnhagen, que surgiu a obra de história do Brasil independente mais completa, confiável, documentada, crítica (...). Não só estava atualizado com o que se fazia na Europa, como foi um pioneiro da pesquisa arquivística e do método crítico que o século XIX descobriu e aprimorou. (...) Ele pode ser considerado, de fato, o “Heródoto do Brasil”, pois foi o iniciador da pesquisa metódica nos arquivos estrangeiros, onde encontrou e elaborou inúmeros documentos relativos ao Brasil¹².

Nesta ótica, o “Pai Varnhagen”, bradando o seu *fiat lux*, teria reunido o conjunto dos relatos precedentes – admitindo-os como informes de certa utilidade, porém maculados pelo estigma da pré-cientificidade – processado e depurado o seu conteúdo arcaico, na operação

desta forma nova de historiar. Tais relatos precedentes, dos séculos XVI, XVII e XVIII, da lavra de padres, genealogistas e cultores da *Ars Historica*, destituídos do procedimento racional e da *episteme* científica, sequer mereceriam o nome de historiografia (o qual, segundo esta tese, apenas seria empregável para o que se escreve a partir do Oitocentos, com o inconfundível selo de Ranke e de Guizot)¹³. Como procurarei demonstrar, o próprio Varnhagen não compreendeu exatamente desta maneira nem seu diálogo com os historiadores de seu tempo, nem seu contato com os historiadores portugueses, castelhanos, neerlandeses e franceses do Seiscentos e Setecentos, vendo-os como historiadores não de um tempo ultrapassado, mas – salvo exceções e sem embargo das ásperas reprimendas que lhes dirige – como colegas ou rivais na concepção e escrita da História a que ele se associava.

Consequentemente, a representação da Guerra Holandesa, tal como arquitetada por Porto Seguro na *Historia Geral do Brasil* e, década e meia depois, na *Historia das lutas*, não empreende nem almeja esta propalada ruptura com a representação historiográfica formulada no século XVII, submetida a críticas e releituras no XVIII e nas primeiras décadas do XIX. Ele não se desvincula, antes consagra aquela *narratio*, lapidando-a, aperfeiçoando-a em nome da procura da exatidão e da verdade histórica em que alguns de seus predecessores teriam se empenhado, mas fracassado. Alguns dos intérpretes de Varnhagen, assim, viram-no em cores diferentes daquelas em que ele próprio se pintou: quiseram-no “moderno”, desbravador, enquanto ele próprio se matriculava na velha escola historiográfica, preocupado com as antigas questões da *Historia magistra vitae* pedagógica, moralizante, orientadora de príncipes e governantes, da dignificação dos feitos patrióticos (anacronicamente retroprojetados para o período colonial) e da verdade factual. Tal contraste levou ao inconveniente de fantasiar sua obra – ao menos no caso da historicização da Guerra Holandesa – como um ato intelectual inaugural que ela jamais foi.

Dizê-lo não equivale a negar o valor dos textos varnhagenianos, nem a desmerecer sua minuciosa labuta arquivística ou o empenho crítico-diplomático com que descobriu e editou escritos seminais do período colonial. Seu legado historiográfico é quase unanimemente reconhecido, mesmo por seus mais renhidos opositores. O foco da análise, aqui, é outro, volta-se para o sombreamento a que a perspectiva herodotiana sobre Varnhagen legou a historiografia pregressa, recusando às obras dos séculos XVII e XVIII sobre a guerra lusoneerlandesa o caráter de Histórias, por não se adequarem aos preceitos teóricos formulados no século XIX. Este posicionamento insustentável ignora o amplo debate sobre o que deveria ser a obra histórica fixado em tratados lidos nos círculos cultos da Europa desde o

século XV, amadurecendo e transformando-se nos trezentos anos seguintes. Por mais que Porto Seguro julgasse o *Castrioto Lusitano*, de frei Raphael de Jesus (1679), a *Nova Lusitania*, de Francisco de Brito Freyre (1675), a *Historia da America Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta (1720), e outros, como páginas de pouco merecimento, mais literárias que históricas, o panegírico que fazem ou outras estratégias retóricas que mobilizam eram, em seus dias, recursos perfeitamente cabíveis à escrita da História. Há que se admitir que foram, em seus anos, recebidas com admiração, não raro vistas como modelares, lidas, comentadas, impactando a forma como a Guerra Holandesa seria entendida e preservada. E reconhecer, mais ainda, que algumas dessas obras participaram da própria *narratio* e representação formulada por Varnhagen¹⁴.

O presente artigo se propõe, assim, a reavaliar esta mitologia do Varnhagen adâmico. Não, esclareça-se igualmente, impugnando a originalidade filosófica e política do autor sorocabano sublinhada por Nilo Odália, Arno Wehling e outros (que o situam como teórico orgânico do Regresso conservador dos anos 1840¹⁵), porém abordando o problema sob outro viés. O grosso dos estudos sobre o sorocabano toma como referencial a *Historia Geral do Brazil*, publicada em dois volumes entre 1854 e 1857. Nos textos de Lessa, Odália, Wehling e Reis, quase não se discute a *Historia das lutas com os Hollandezes*, não raro se consultando outros escritos, de cunho político e literário, como se o problema da contribuição historiográfica daquele autor pudesse ser reduzido aos capítulos da *Historia Geral*, sendo a pesquisa posterior sobre a Guerra Holandesa mero subproduto. As propostas analíticas de Wehling e Odália levam ambos a esta discutível seleção. As posições políticas e filosóficas de Varnhagen estando plenamente manifestas em seu *opus magnum* dos anos 1850, pouco haveria a acrescentar estudando-se os volumes de 1871-1872. Para um exame da história da historiografia do Brasil, porém, tal raciocínio é improcedente.

Na *Historia das lutas*, Varnhagen não flagra, nas fontes narrativas que estuda, balizas e diretrizes de saber histórico situadas em um remoto século XVII. Seu olhar não percebe a historicidade delas; critica-as, ao contrário, como se tivessem sido escritas não centúrias atrás, mas em seus próprios dias. A historiografia dos dois séculos que o precedem e a de seu próprio tempo são apreciadas como partícipes de uma semelhante concepção e escrita da História, de um mesmo *paradigma*, diríamos hoje. Coelho, frei Jesus, frei Calado e os demais amargam reprimendas do severo sorocabano por falhas como o partidarismo, a imprecisão temporal ou onomástica, a não consulta de fontes de ambos os lados da contenda ou a má qualidade literária, incorreções que seriam condenáveis em obras históricas, não importando

quando fossem escritas, dado o atemporal dever da verdade e da imparcialidade. Censura, é verdade, a escrita de segunda mão de um Brito Freyre ou o esmero mais literário que analítico de um Rocha Pitta, mas nisso apenas enxerga afastamentos de um modelo de escrita da História válido para todas as épocas. Não por acaso, como veremos, Porto Seguro repisa queixas e reflexões de autores do século XVIII, que também viam Brito Freyre ou Raphael de Jesus como historiadores dispensáveis, por não escreverem testemunho de vista e apenas repetirem o já dito. Sua autorrepresentação, que emana da *Historia das lutas*, é a do severo corregedor que avalia não escritos de outra época, mas de seus pares e, descobrindo-lhes numerosas imperfeições, confronta-os, expurga-os e os supera.

Proponho, a partir daí, estudo debruçado sobre a *Historia das lutas* e sobre os capítulos da *Historia Geral do Brazil* em que se narra a Guerra Holandesa¹⁶, à luz da historiografia (e, em um caso, da genealogia) dos dois séculos e meio que as precederam neste tema. Penso a relevância das obras varnhagenianas não como “primeira contribuição moderna” para a escrita da história daquele conflito, como propôs Cabral de Mello na esteira dos intérpretes do sorocabano, mas como o desfecho de um esforço narrativo coletivo principiado nas décadas de 1630 e 1640, ainda quando os canhões atroavam em Salvador e no Recife. Varnhagen planeja fazer aquilo que os escritores seiscentistas da luta, em seu juízo, prometeram, deveriam ter feito, mas não fizeram, a saber, contar a guerra fielmente, rigorosamente, registrando a verdade para além das opiniões. Jamais cogita ou promete revisitar o assunto munido de uma concepção histórica renovada, inspirada em historiadores europeus com quem ele em página ou nota nenhuma do livro dialoga. Quer, sim, retomá-lo com base na ideia de história daqueles “autores coevos” do Antigo Regime, entretanto retificando-lhes deslizes, mentiras, exageros. Eis seu entendimento do trabalho do historiador, afeito à historiografia dos séculos XVII e XVIII, já que a busca do passado “em si”, *wie es eigentlich gewesen was*, que a análise historiográfica não constrói e sim desvenda, está longe de ser ideia inédita de Ranke ou de Herder.

Indício desta forma varnhageniana de conceber seu trabalho está, aliás, na dificuldade de Wehling em enquadrar seu pensamento entre as teorias da História elaboradas no Oitocentos, as quais influenciam o autor, sem, todavia, alcançar-lhe a filiação. Varnhagen não debate com os teóricos de seu século, sequer os cita e se incomoda com ser associado a qualquer sistema de pensamento, mesmo às diretrizes que, em concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o alemão von Martius redigira para uma futura História do Brasil, ainda nos anos 1840¹⁷. Pretende, antes, concentrar-se nas fontes e nos depoimentos coevos, e

só neles, pois teorias seriam dispersivas e o caminho que levaria à verdade sobre o passado era-lhe claro: consulta a todas as fontes testemunhais, acareação delas e escrita desapaixonada e “justa”.

Em meio às narrativas do Seiscentos

Na *Historia Geral* e especialmente na *Historia das lutas* o que se encontra é, antes, intenso debate com os autores do Antigo Regime, entre os quais Varnhagen transitava desenvolto e cujas imperfeições demora-se em dissecar. Detenho-me, por isso, não no Varnhagen intelectual saquarema (que era), nem no introdutor da historiografia historicista e romântica para o Brasil (o que só parcialmente e com ressalvas se pode admitir¹⁸). Examino-o, antes, como autor que veicula uma suposta narrativa moderna e científica da Guerra Holandesa – para o que desqualifica quase todas as memórias e histórias que o antecederam – no entanto, em verdade, preserva em grande medida a cronologia, a periodização, o enredo, os fatos e heróis da história contada pelos autores do século XVII e discutida por eruditos dos séculos XVIII e XIX. Preserva-os porque acredita neles, porque enxerga aqueles autores de antanho como pares, muito embora menores, e porque seu projeto é continuá-los, finalizar o que haviam deixado inacabado, não os subverter. Esta visão é alimentada por sua concepção “ateórica”, isto é, que se presume exclusivamente empírica na investigação e na escrita da História, a qual o leva a priorizar o diálogo não só com as fontes arquivísticas, mas também com as obras precedentes, em especial as testemunhais, judiciosamente revisitadas¹⁹. Varnhagen, recolocado assim, inscreve-se antes na tradição historiográfica iniciada em fins da década de 1630, quando se publicam as primeiras relações históricas da luta lusoneerlandesa, face à qual oferece sem dúvida notável contribuição, mas contra a qual de forma nenhuma se rebela.

O prefácio da *Historia das lutas* é a expressão máxima dessa atitude de “terra arrasada” votada à historiografia pregressa, como tática a atribuir a seu texto a condição de síntese aprimorada daquele *corpus* narrativo. Ali, Varnhagen passa em revista as Histórias seiscentistas da Guerra Holandesa e procura provar que, não obstante a muita tinta posta sobre papel desde o século XVII, o evento aguardava ainda ser contado por “historiador imparcial”, tão despiciendo seria o repertório de fontes disponível, especialmente as luso espanholas, publicadas sobre ele²⁰. “Autores coevos” como Francisco Manuel de Mello, Brito Freyre e Raphael de Jesus, com outros, redigindo de oitava e segunda mão, pouco realizando além do

plágio embelezado, mal mereciam consulta. Duarte de Albuquerque Coelho e Manuel Calado, não obstante testemunhas de vista do conflito, também pequeno crédito angariam. Se deveriam as *Memorias diarias* (1654), de Coelho, ser lidas “com certa prevenção” contra suas distorções e cansativos pormenores, “inquestionavelmente mui inferior em meritos” seria o *Valeroso Lucideno* (1648), de Calado, “quanto á exacta aquilatação dos factos, e ao methodo e ordem da narração”. Sendo testemunho, não conviria ignorá-lo, contudo importava denunciar-lhe o

Animo pequenissimo contra os que não eram seus amigos; partidario de Fernandes Vieira, compromette-o, com o seu pouco tino, quando mais o pretende exaltar; e presta-se até a denegrir aos da parcialidade rival, acusando-os de assassinos. Além d’isso falta muitas vezes á dignidade histórica, dedica paginas inteiras a muitos contos sem importancia, e crê ou finge crer em todos os boatos que, para exaltar o povo miudo contra os hollandezes, se faziam correr nos acampamentos. Nem é mais feliz, nem muito mais elevado, nos cantos épicos em oitava rimada, que em favor de seu heroe, entresacha em vários logares de seu livro.

Implacável, Porto Seguro sublinha ainda a “falta de correcção de linguagem, e de ordem e dignidade na narração” de Calado, críticas que, diz, seriam comuns em autores do próprio Seiscentos, como Francisco Manuel de Mello e Raphael de Jesus²¹.

As linhas sobre Calado são expressão hiperbólica do tratamento a marretadas com que o sorocabano recepciona suas fontes narrativas, as quais teriam desobedecido as diretrizes salutareis do bom trabalho historiográfico, vinculadas ao dever de imparcialidade, antessala da verdade. O *Prefacio* faz ressalva, em especial, em favor de Gaspar Barlaeus, pensador em quem acha largo mérito: “preclarissimo poeta”, “agudo theologo (protestante), penetrante philosopho” e, com relação à “Historia dos oito annos de governo de Nassau”, declara-a “livro importante e digno de consultar-se”, por aliar a maestria do latim ao manuseio cuidadoso da correspondência oficial do conde Maurício, que Varnhagen alguns anos antes reencontrara. Mas até o erudito antuerpiano, apesar da “explendida primeira edição” da *Rerum per octennium*, de 1647, e da “formosa lingua que tão elegantemente manejava”, é acusado de adotar imprópria enfação verve classicizante, de imprecisões, de proselitismo e de não ter consultado cruciais fontes lusocastelhanas: “para ser considerado como historiador imparcial deste período, faltou-lhe obedecer ao preceito: *audietur altera pars*”²². Com tal pugilismo retórico, Porto Seguro deita os alicerces da fortuna crítica que mais tarde o elevará a *founding father* da historiografia nacional. Seus intérpretes, impressionados, o representariam, ao longo do século XX e contrariamente à opinião de Capistrano de Abreu²³, justamente como o introdutor da “história-ciência” e da “moderna” abordagem historiográfica.

Este madrugar, porém, resulta do olhar desses intérpretes, não de Varnhagen. Ao longo da escrita da *Historia das lutas*, os mesmos autores castigados são, mais do que as fontes principais da construção da narrativa, os historiadores com quem debate e balizam seu campo de saber. Porto Seguro os segue de perto, no alinhavar do seu enredo, na seleção dos episódios memoráveis, na crítica ou louvor à conduta que seguiram na guerra os protagonistas. E os segue, se não integralmente, mas ainda em grande medida, na visão que têm da escrita da História, da gravidade que se lhe impõe, de sua tarefa política e dos compromissos para com a memória do que é exemplar e pedagógico – diretriz historiográfica remota, proposta na Florença do *Quattrocento* por eruditos como Leon Alberti²⁴ e outros e de larga fama nos séculos XVI e XVII. O heroísmo de Matias de Albuquerque, Henrique Dias, Camarão, André Vidal e outros, celebrado nas páginas seiscentistas, revivesce agora como precedentes de um desejado protonacionalismo colonial parido e nutrido na Guerra Holandesa. Por outro lado, a covardia do conde de Bagnuolo, que abandona as Alagoas quando podia defendê-las, apanha novas chicotadas, tal como lhes haviam dado Coelho, Calado e outros, e serve de exemplo de como não proceder²⁵. João Fernandes Vieira, veremos adiante, será arremessado do céu para o inferno da memória, fazendo-se “justiça histórica” para com o nome de André Vidal de Negreiros, ora repostado, como seria de direito, o verdadeiro líder da Insurreição Pernambucana de 1645.

A relação de Varnhagen com os historiadores do século XVII que o informam margeia o paradoxo. No *Prefacio* da *Historia das lutas*, temos visto, peleja por esmigalhá-los. Na construção do enredo, não obstante, acompanha muito de perto a história contada sobretudo por Coelho, Calado e Barlaeus, recuperando as soluções narrativas que aqueles haviam formulado para o desafio de verter a guerra em texto, no mais das vezes corrigindo datas de episódios, cifras de mortos e a onomástica neerlandesa estropiada pelos lusitanos. Expurga-os, é verdade, de exageros e do suspeito protagonismo que Calado e Coelho se dão, sobretudo frei Calado, o qual, no *Lucideno*, como um Forrest Gump *avant la lettre*, aparece ao lado dos grandes personagens do conflito, em horas cruciais do desenrolar da história²⁶.

Contudo, no geral, não se encontra no correr do livro de 1871 forte eco dos duros petardos disparados no *Prefacio*; alguns dos juízos do “parcial” Calado (sobre o visconde de Bagnuolo, sobre Maurício de Nassau ou sobre o afoito padre jesuíta Francisco de Vilhena, entre outros) são até reiterados. A reputação honrosa de Matias de Albuquerque, primeiramente esgrimida por seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho contra seus adversários políticos em Madri, nas *Memorias diarias*, é reafirmada na *Historia das lutas*.

Surpreendentemente, mesmo a escrita e a retórica caladiana, tão alvejadas nas páginas iniciais de Porto Seguro, ocasionalmente o inspiram. A representação da queda do Arraial do Bom Jesus, em 1635, e da posterior retirada dos moradores para sul, é reveladora. Calado, escrevendo em 1645-1646, escolhera fechar este episódio com um quadro dramático do sofrimento da população, em harmonia com o tom parenético encontrável em numerosas passagens do *Lucideno*:

Considerar agora a multidão de gente de todas as idades que se hia retirando, assim por a praia, como por entre os matos, & o como hião deixando por os caminhos as alfaias de suas casas, por naõ as poderem carregar; aqui os tristes ays dos meninos, os suspiros das mãis, o desemparo das dõzelas descalças, & metidas por as lamas, & passarem os rios cõ pouca compostura de seus corpos, alheos da honestidade, & recolhimento em que auião sido criadas (...), aqui hũas desmaiadas, outras com os pès abertos, porque o descostume de andar não as deixaua dar um passo adiante (...), a fome que todos hião padecendo, o dormirem por os pès das aruores, sem emparo, nem abrigo; não he cousa que se pode escreuer, porque muitos dos que o uiraõ com os olhos, como eu, tẽdo os coraçõs ferreos, não se podiaõ refrear sem derramar grande copia de lagrimas²⁷.

Varnhagen, chegando ao mesmo passo da narrativa, depois de ter seguido de perto o enredo formulado por seus precursores, sem contestações basilares àquela representação bicentenária, conclui que, vá lá, ali bem caberia uma cena dramática. Arremata, então, com metáforas e tintas de uma paleta semelhante à de Calado, mas destoante de seu próprio estilo acusado de monocromático e enfadonho, de ordinário sacrificando a estética a sua concepção científica e com poucas concessões ao deleite literário. Convida os leitores a imaginar a multidão de velhos, meninos e mulheres em marcha forçada:

Que scenas de dôr e de ternura se não passariam n'esta triste transmigração, atravez de paizes de montanhas, quasi não trilhados, e onde as melhores bellezas da natureza virgem pareciam horrores e abysmos aos que levavam os animos contrastados. Aqui ficava desfalecido o ancião respeitavel, a quem já as forças phisicas não igualavam as do patriotismo: ali se via com os pés feridos a donzella, que apenas em sua vida passeára a distância de sua casa até á igreja: acolá a joven (*sic*) esposa, que vendo o momento de dar á luz o fruto de seu amor, tinha de misturar as lagrimas das dores do parto com as da de perder um filho ao exhalar o primeiro suspiro... Mesquinha condição humana, que ao menor sopro do infortunio tanto tem de padecer!²⁸

Ler a *Historia das lutas*, depois de haver examinado as histórias seiscentistas da Guerra Holandesa, obriga a desmanchar convicções de ruptura no texto de 1871. Varnhagen afirma ter começado a redação após dois anos da Guerra do Paraguai (1865-1870), crente de que animaria os combatentes “o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma fôrma conveniente, o exemplo de outra mais antiga (...) em que o proprio Brazil, ainda então insignificante colonia, havia lutado (...) e por fim vencido”²⁹. Tal *primum mobile* político, ao longo do livro, entra em conflito com as prometidas precauções contra o anacronismo e a

parcialidade, promessas também comumente encontradas nas obras seiscentistas da guerra, levadas ao prelo como estratégias de intervenção política na época filipina e no Portugal da Restauração Bragantina. Exemplos e paralelismos multiplicam-se. No texto varnhageniano, os holandeses são representados como “os inimigos”, espécie de paraguaios de outro tempo. Os heróis que frustraram o cerco nassoviano de Salvador, em 1638, têm seus nomes e mercês registrados, como a animar novas bravuras no presente. Por outro lado, a má decisão de Salvador Correia de Sá de não atacar o desguarnecido Recife com sua esquadra, em 1645, poderia ser lida como exemplo a não ser seguido pelos almirantes do Império, em passagens como a do Humaitá³⁰. Sacrifícios recebem amplo destaque e, em algumas passagens, a pretensão de inspirar a luta contra Solano López se desnuda de toda sutileza. O combate naval que a fragata Rosário “sustentou contra duas inimigas”, em 1648, se encaminhava para acabar mal, mas

Quando estas [embarcações neerlandesas] julgavam a sua contendora perdida e a atacaram, dando-lhe abordagem, foram todas a pique, em virtude da explosão do payol da polvora da Rosario, cuja tripulação preferiu ir a fundo, com os seus vencedores, a deixar-se aprisionar d'estes. (...) Sentimos que (...) não nos seja possível transmittir o nome do destemido e abnegado official, que lançou o fogo ao payol, e deixou nas aguas do Brazil, á gerações futuras, um exemplo de tão nobre heroismo³¹.

Este compromisso discursivo, debaixo da pressão de uma nova guerra ao sul do continente, impede o autor, inclusive, de explorar trilhas que poderiam levar, verdadeiramente, a novas representações do conflito. As palmas com que celebra personagens já consagrados, Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão, Barreto de Menezes e outros, imortalizados no Seiscentos, soam programáticas, harmonizam-se perfeitamente a seu projeto historiográfico nacionalista e civilizatório, encaixam-se na “fórmula conveniente” de historiar a que alude no *Prefacio*; a depreciação que faz do madeirense Fernandes Vieira, *idem*. Seu projeto não é apresentar nova história, nem realizar nova análise: é contar melhor a mesma história – em última instância, alcançar a história perfeita, terminante, para além da precariedade das versões que proliferavam.

Porto Seguro não apenas não rompe com a narrativa consagrada: ele sequer pode arriscar tal ruptura, exceto dentro de limites restritos, mesmo quando a pesquisa o incita a isso. Em certa passagem da *Historia das lutas*, cartas lusas secretas, redigidas por moradores e autoridades, são interceptadas pelos neerlandeses, “algumas contra o Camarão”, que Nassau procura utilizar para fazer fraquejar-lhe a lealdade aos católicos³². O leitor deita o livro e estranha: contra o Camarão? Que cartas? Sobreviveram nos arquivos neerlandeses, como

tantas outras remetidas por Nassau? Certamente sim, se não Barlaeus, em quem o trecho se baseia, não as teria lido. O autor, porém, relata-o e segue adiante displicentemente, sem farejar aí qualquer oportunidade de reavaliar a figura heroica de Felipe Camarão. Jamais o faria: tal revisão não convém a seus propósitos. O símbolo que era Camarão, do índio fidelíssimo “civilizado” pelo cristianismo português, não poderia comportar arranhões³³. Veredas perigosas assim atingiam as fronteiras daquilo que o autor concebia como nuclear em seu trabalho historiográfico: o forjar da nação sob a monarquia bragantina. Seu compromisso político desviava-lhe o nariz científico de todo fedor que nauseasse esta aromática memória.

A noção de imparcialidade varnhageniana não o obriga a excluir a exaltação patriótica. Todo o conflito é disposto nos termos da oposição entre “os nossos”, isto é, combatentes portugueses junto com seus aliados indígenas, africanos, espanhóis e napolitanos, e, do outro lado, “eles”, “os outros”, os “inimigos”: os soldados da *West-Indische Compagnie*. Exatamente como o fizeram os autores do Seiscentos. O ideal da “justiça histórica” mandalhe, no limite, reconhecer merecimentos nos generais e almirantes neerlandeses, bem como os de Maurício de Nassau, cuja governança em Recife e cujo mecenato artístico e científico são enaltecidos³⁴. Tampouco aqui deparamos novidade: semelhante “imparcialidade” para admitir excelências nos adversários campeia no *Lucideno* e na *Nova Lusitania*, de Francisco de Brito Freyre, este último admirador de Nassau e de seu biógrafo, Barlaeus, cuja *Rerum per octennium* ambicionara rivalizar com seu esmerado volume da *Nova Lusitania*, de 1675³⁵.

Tática: calar a tradição interpretativa precedente

No subterrâneo deste tenso colóquio com os primevos historiadores da Guerra Holandesa, manifesto no *Prefacio* e no corpo narrativo da *Historia das lutas*, inscreve-se outra linha de diálogo, agora com a tradição interpretativa sobre o assunto, construída entre os séculos XVIII e XIX. Não era só agora, com R. Southey, Netscher e Varnhagen que o conflito lusoneerlandês se via finalmente estudado, como as reflexões do sorocabano ocasionalmente parecem sugerir. Ao contrário, o tema fora revisitado, nos cento e cinquenta anos anteriores à *Historia Geral*, por historiadores, genealogistas e outros eruditos, no Brasil e em Portugal, compreendido como episódio axial da história do império lusitano. Estes autores submeteram os volumes publicados no Seiscentos e alguns manuscritos a minuciosa apreciação crítica, às vezes condenando o partidarismo e a imprecisão de algumas versões, às vezes propondo hierarquias do valor para aquelas fontes, a partir dos propósitos políticos com que pegou da

pena cada um dos intérpretes³⁶ – tal como fará, aliás, nosso “pioneiro” oitocentista. Uma vez que Porto Seguro não reserva, na *Historia Geral* nem na *Historia das lutas*, nenhuma seção para escrutinar as reflexões sobre a luta lusoneerlandesa de autores como Rocha Pitta, Barbosa Machado, Borges da Fonseca, frei Jaboatão ou Fernandes Gama, tal diálogo permanece em grande medida velado, subterrâneo, apreensível apenas no terreno da dedução ou da hipótese.

Sabe-se, por outras referências, que o sorocabano leu ao menos parte destes historiadores e genealogistas, mas, da concepção “ateórica” que esposava, de restringir o uso de trabalhos secundários para “ir direto às fontes”, afigurava-se-lhe desnecessário revisitar aquela fortuna crítica. Nas páginas e notas da *Historia Geral*, ao menos frei Antônio de Santa Maria Jaboatão e Sebastião da Rocha Pitta são explicitamente mencionados, mas em face de outros períodos e questões históricas distintas. O primeiro, por conta de seu *Novo Orbe Serafico*, crônica da província franciscana do Brasil, cujo primeiro volume publicara-se em 1761, é listado entre os autores “de tantas polemicas velhas, hoje inuteis em vista dos documentos”³⁷. A Rocha Pitta são tecidas alusões esparsas e lhe é reservado comentário que explicita os motivos para Porto Seguro furtar-se ao diálogo aberto com os setecentistas:

O bahiano Sebastião da Rocha Pitta, publicou em 1730 uma resumida Historia do Brazil até seu tempo, a qual ainda hoje se recommenda pelo frazeado poetico. Bem que omissa em factos essenciaes, destituida de criterio, e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espirito nacional, fazendo avultar, sem faltar á verdade, os nobres exemplos dos antepassados, a obra de Pitta serviu entretanto por algumas de suas mesmas exaggerações, para recommendar á metropole o Brazil. O escriptor não recorreu, é verdade, ás mais puras fontes da historia; era mais imaginativo que pensador; mais poeta e admirador do bello que critico, vassallo da razão e escravo das provas autênticas (...)³⁸.

Com análogas depreciações dos historiadores setecentistas, tidos como inebriados em suas galas retóricas e superados pela consulta direta aos testemunhos, Varnhagen salta por sobre esse século e meio de produção escrita sobre a Guerra Holandesa, referindo-se exclusivamente aos depoimentos do Seiscentos³⁹. Sem embargo, muitos dos juízos e avaliações que oferece na *Historia das lutas* sobre aspectos e personagens centrais da guerra e a apreciação que formula sobre suas fontes narrativas não eram expressão original nos anos 1850 ou 1870. Ao contrário, tais considerações remontam às mesmas obras “inuteis” que rejeita, em alguns casos, já àquela época centenárias, ocasionalmente emergindo de um trabalho crítico – acareação de fontes, exame de manuscritos hoje desaparecidos, apoio na memória oral, etc. – que pouco deixa a dever ao historicismo varnhageniano. São também obras animadas por compromissos políticos que orientam seus pareceres – exatamente como no

caso do barão historiador⁴⁰, que escrevia com os olhos nas últimas notícias chegadas do Paraguai.

A hierarquização das fontes que, em Porto Seguro, privilegia as escritas testemunhais, por exemplo, foi também critério familiar aos autores setecentistas. Nos *Fastos políticos, e militares da antiga, e nova Lusitania* (1745), Diogo Barbosa Machado empreendia seu projeto de recuperar a trajetória histórica portuguesa alicerçado por recursos de “solida critica”. Com base nesse preceito, afastava autores que “viviaõ muito remotos do lugar do sucesso de que escreviaõ”, optando por seguir “aquelles que assistiaõ no Paiz onde se deo a batalha ou foraõ testemunhas do conflicto”. É assim que, ao tratar dos sucessos portugueses na América, toma como fonte as *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho, e escanteia a tardia *Nova Lusitania*, de Brito Freyre, tal como fará Varnhagen em 1871-1872⁴¹. Frei Jaboatão, em seu *Novo Orbe Serafico*, aborda também o conflito neerlandês, ainda que marginalmente. Queixando-se das poucas fontes para sua história, Jaboatão promete, para os tempos remotos, a consulta aos “chronistas antigos”, bem como aos raros “papeis, e assentos avulsos” disponíveis. O método, todavia, não o torna crédulo perante os testemunhos, nem o inibe de censurar o depoimento do *Valeroso Lucideno*, ao contrapô-lo à versão das *Memorias diarias*. O franciscano desconfia, entre outras, da cena em que Calado administra a extrema-unção de Calabar, já que Coelho, sem dúvida presente ao julgamento e à execução, sequer o menciona e, ao cabo, sugere terem sido frades capuchinhos a presidir o ritual. Outros episódios do suposto protagonismo caladiano na história da guerra são igualmente postos sob suspeita, no escrutínio do *Novo orbe*, com base na acareação de fontes⁴².

Esta preferência pelo testemunho direto, “de vista”, antes do Setecentos, era já no século XVII lusocastelhano objeto de numerosas considerações. Nas *relações de sucessos, relações historiais e Historias* seiscentistas da Guerra Holandesa, proliferam reafirmações do valor dos escritos testemunhais⁴³. Mas a posição não era unânime. D. Luís de Menezes, terceiro conde de Ericeira e autor da *Historia de Portugal Restaurado*, advertia que, tendo lutado em numerosas batalhas “com muytos mil homens”, era comum “naõ se descobrirem dous que concordassem no mesmo facto”⁴⁴. Este raciocínio concorrente levaria a privilegiar Histórias consideradas rigorosas e sóbrias, mais “confiáveis” do que as meramente testemunhais. No Brasil do Setecentos, Rocha Pitta, Vitoriano Borges da Fonseca e Domingos do Loreto Couto, sensibilizados por este argumento e por outras motivações de natureza política, informar-se-ão sobre a luta lusoneerlandesa preferencialmente em autores como Brito

Freyre e Raphael de Jesus, então admirados como graves eruditos (apesar de críticas já naquele século formuladas a aspectos de suas obras), mesmo tendo ambos pego da pena décadas depois do cessar-fogo⁴⁵.

Varnhagen, assim, não submetia em 1854 ou 1871 o repertório de fontes narrativas a novo critério “moderno” ou “científico”, antes se esgueirava em um velho debate acerca da escrita da História, filiando-se a um dos lados da querela, sem dúvida aquele de maior respaldo no Oitocentos. Mas nem então sem controvérsia: Fernandes Gama, publicando suas *Memorias historicas da provincia de Pernambuco* entre 1844 e 1848, chama Brito Freyre de “o melhor historiador d’esta guerra” e, apesar de algumas ressalvas, faz bom juízo do texto de Manuel Calado e o segue de perto na construção de sua representação da Guerra Holandesa⁴⁶.

A hierarquia valorativa que impõe às fontes, bem como o projeto político que preside sua escrita da História, leva Varnhagen a consagrar o panteão dos heróis sintetizados na tríade Felipe Camarão, Henrique Dias e, acima deles, André Vidal de Negreiros. Matias de Albuquerque, Francisco Barreto de Menezes, Antônio Dias Cardoso e outros encontram também em suas páginas simpática acolhida. O napolitano conde de Bagnuolo, como vimos, permanece o infame covarde dos textos de Calado, Coelho e frei Jesus, embora alguns méritos se lhe admitam. João Fernandes Vieira, por sua vez, padece o rebaixamento do posto de “primeiro aclamador” e líder da Insurreição Pernambucana, com que seus “aduladores” do Seiscentos o teriam venalmente congratulado. Sua memória é reavaliada depreciativamente, seja como abnegado chefe militar ou valoroso soldado vitorioso em Tabocas ou Guararapes, para o que Varnhagen esgrime copiosa documentação, contra a imagem benemérita fortemente enraizada. Não apenas não fora do madeirense a ideia da rebelião, Vieira

Não chegou nunca a ser o conductor da insurreição, como depois nunca foi o director da guerra. Seu papel restringiu-se antes ao que em linguagem vulgar se costuma designar por testa de ferro. Em vista dos factos, quem se nos apresenta como verdadeiro conductor da insurreição, e segundo dissemos, como verdadeira alma d’ella, é o parahibano André Vidal; embora a sua muita abnegação e modestia quasi o chegaram a occultar á posteridade; a ponto que não poucas resistencias e reacções temos encontrado para levantal-o, prestando culto ao merito e á verdade⁴⁷.

O convite que recebe Fernandes Vieira para ingressar no motim de 1645 não teria derivado de seus méritos, mas por “ser elle, de todos os moradores de Pernambuco, o que gosava de mais favor entre os dominadores”, de cuja traição, por isso, dificilmente desconfiariam. Vieira seria homem de ruim caráter, “bastante bazofio e mui accessivel aos estímulos da ambição”, sendo fácil aliciá-lo, não pela glória da pátria nem da fé, como em Negreiros, senão com dinheiros, “por meio de promessas de vir a receber postos e commendas

lucrativas”. Teria exigido, assim, benesses e a quitação das dívidas que tinha com a WIC, para tomar parte da rebelião como “primeiro caudilho”. Na terra, não poucos “diziam que Vieira merecia as galés”, por conta de suas inadimplências e falcatruas. Numa carta de 1667, que Porto Seguro cita, Antônio de Albuquerque ralha com seu irmão Matias, ambos antigos capitães-mores da Paraíba, porque o último “se aproveitou pouco do tempo que governou” aquela capitania, comparando-o aos grossos desvios de Vieira no governo de Angola (1658-1661) e, ao cabo, o apelida de “monstro dos nossos tempos”⁴⁸. De todos os chefes insurretos, é Vieira o único a quem a *Historia das lutas* dirige repreensões desta ordem e cuja memória ressignifica, imbuído de um dever de reparação da injustiça histórica que, pela manipulação de seus panegiristas, o elevava ao proscênio da Guerra Holandesa e do passado nacional.

Ora, tampouco aqui, neste esforço revisionista da memória do mestre de campo madeirense, Varnhagen subverte a tradição interpretativa que o precede. É certo, como apressa-se em afirmar, que na segunda metade do século XIX a representação de Vieira como líder militar desfrutava de larga aceitação⁴⁹. Até hoje, aliás, há rua no Recife que o homenageia. No entanto, a operação de desconstrução de sua figura iniciara-se muito antes, pelo menos no século XVIII, se não mais cedo, sob pressão das famílias nobres de Pernambuco prejudicadas pela memória legada nas narrativas vieirianas. Na obra genealógica *Nobiliarchia Pernambucana*, escrita nesta capitania entre 1748 e 1781, Borges da Fonseca dá vazão a tais queixas, apontando, entre outros exemplos, como a participação do senhor de engenho Antônio Cavalcante de Albuquerque nos arranjos da Insurreição de 1645 fora pintada “menos gloriosa” nos panegíricos de Calado e frei Jesus⁵⁰. Teria sido deste senhor de engenho, garante Fonseca, a ideia da “restauração de Pernambuco”, honra que lhe fora usurpada pela lisonja dos “escritores de nossa terra” para com Vieira. Varnhagen, sem citar a *Nobiliarchia*, escreve linhas que ecoam as do genealogista e, ademais, insinuem que os partidários do madeirense seriam mandantes do assassinato de Antônio Cavalcante:

Os amigos de Vieira chegaram a acusar a Cavalcanti de intenções perdidas, como a de haver pretendido destacar-se d'elle por qualquer meio, sem omitir o da propinação de veneno; mas o que é sem dúvida é que foi Cavalcanti quem, logo depois de separar-se, perdeu a vida, em Igarajú; e as crueis acusações que lhe fizeram, ainda depois de morto, os seus inimigos, deixam essa morte envolvida em certo mysterio⁵¹.

Evaldo Cabral de Mello também situa no curso do século XVIII a disputa em torno da memória da guerra que disporá Vidal de Negreiros acima de Vieira, contra a representação do *Lucideno* e do *Castrioto*. Em placas comemorativas erguidas na Câmara de Olinda (1709) e

na igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (inícios do século XIX), sublinham-se o “valor” do paraibano, ao passo que do madeirense se destaca a “inteligência” e a “astúcia”, virtudes pouco admiráveis na “ética senhorial” ainda em vigor e, aliás, imbuídas de leve teor pejorativo⁵².

De modo mais explícito, a celebração vieiriana encontra ferrenho opositor em José Bernardo Fernandes Gama, autor das *Memórias históricas da provincia de Pernambuco* (1844-1848). Movido pelo antilusitanismo característico do ciclo revolucionário pernambucano (1817-1848), Gama propunha a celebração nativista dos heróis locais, contra os “historiadores portugueses” (como Brito Freyre e Raphael de Jesus), que teriam esmaecido em seus escritos o mérito dos próceres da terra. Não nega merecimentos a Fernandes Vieira, contudo as ladainhas de Calado e frei Jesus em seu favor são taxadas de exagerações, sobretudo as do último, que estaria resoluto a roubar a “gloria dos Pernambucanos”; saem ambos taxados como mais panegiristas que historiadores. Vidal de Negreiros, em Gama, é descrito como homem de toda confiança do governador geral Antonio Telles da Silva e “ninguem com effeito era tão sagaz, habil e illuminado”. É ele quem articula nos bastidores e esconderijos, como preposto do próprio monarca, secundado por Vieira, a insurreição que se precipitará em 13 de junho⁵³.

Não sendo possível demonstrar que Varnhagen leu Borges da Fonseca ou Fernandes Gama, pela atitude de *damnatio memoriae* que reserva à fortuna crítica do tema, resta entreter as hipóteses de que, ou o sorocabano acolheu uma já centenária leitura que reavaliava as odes vieirianas do *Lucideno* e do *Castrioto*, sem registrar-lhe o crédito, ou chegou por conta própria a conclusões que, no entanto, não eram inauditas. Seja como for, seu nacionalismo saquarema incide em sua decisão de torpedear a memória do tradicional líder da Insurreição, Fernandes Vieira e, para o bombardeio, Porto Seguro segue trilha já trilhada. Se acaso a aprofunda com novas reflexões, é certo que nem a inaugura, nem lhe muda a direção.

Reflexões conclusivas: entre Têmis e Clio

Surpreende a recorrência com que é postulada, no debate historiográfico brasileiro, a mitificação de que somente a partir do século XIX se inicia a história da historiografia, porque doravante científica, porque doravante detentora de instrumental metodológico racional. Antes desse marco, predominaria a irracionalidade, a retórica vazia, o discurso meramente literário sobre o passado. Para Portugal, recentemente e na contramão da leitura que situava em Alexandre Herculano este nascedouro, argumentou-se por um despertar historiográfico

supostamente trazido pela fundação da Academia Real de História (1720)⁵⁴. Nada mais, vê-se, do que o recuo daquela mesma abordagem para a época em que uma instituição governamental passava a presidir o trabalho historiográfico. Ignora-se, em um caso como no outro, a longínqua tradição ocidental de escrita da História que, a partir de tratadística amadurecida desde o Medievo, discutia problemas como o “testemunho de vista”, a credibilidade das diferentes fontes, a interferência da política na construção da memória e da construção da memória na política⁵⁵. Cala-se, por exemplo, todo o debate travado nos séculos XVI e XVII sobre a função da História e as diferentes visões que então se digladiaram: a história perfeita renascentista *versus* a história política ligada à razão de Estado⁵⁶.

O que significa chamar de “científica” a investigação amparada nas ideias de Ranke, de J. Burkhart, de Langlois, de Varnhagen? Que é neutra? Que chega a resultados verdadeiros? O projeto varnhageniano de escrita da História da Guerra Holandesa – alinhado a seu projeto monárquico e conservador – não equivale ao alvorecer da historiografia “científica”, “moderna” no Brasil, pretensamente infensa à tradição iberoamericana. Varnhagen formula contribuição válida no interior desta tradição; trava com ela colóquio intraparadigmático. A contestação da cientificidade de seu trabalho já se encontra em Capistrano de Abreu quando, no *Necrologio de Francisco Adolfo de Varnhagen* e no artigo *Sobre o visconde de Porto Seguro*, compara o sorocabano a autores como Pero de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, Rocha Pitta e Southey, para concluir que a originalidade do finado não residia em qualquer metodologia ou teoria nova, mas porque “no correr de sua obra procurou sempre e muitas vezes conseguiu collocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional”. E completa:

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas creadoras que nos últimos annos se constituíram em sciencia sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, elle não podia vêr o modo por que se elabora a vida social. Sem elle as relações que ligam os momentos successivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espirito de modo a esclarecer as differentes feições e factores reciprocamente. Elle poderia excavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar misterios, nada deixar que fazer a seus successores no terreno dos factos: comprehender, porém, taes factos em suas origens, em sua ligação com factos mais amplos e radicaes de que dimanam; generalizar as açções e formular-lhes theoria; representa-las como consequencias e demonstração de duas ou tres leis basilares, não conseguiu, nem consegui-lo-ia⁵⁷.

Abreu ansiava pelo advento desse historiador “iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos methodos novos e dos instrumentos poderosos que a sciencia põe á disposição de seus adeptos”. Em outras palavras, capaz de compor “uma historia da nossa Patria digna do seculo de Comte e Herbert Spencer”: evolucionista, racional, orgânica e

que, valendo-se desse instrumental, liberte-nos do “empirismo crasso em que tripudiamos”⁵⁸. Varnhagen, com sua paciente investigação em arquivos do Brasil e da Europa e a abundância de pormenores de seus livros, propiciaria a esse *Übermensch* historiográfico o substrato necessário a tal trabalho refundador. Contudo não seria, ele próprio, este esperado Heródoto brasileiro. Era, ao contrário, outro representante, competente sem dúvida e talvez o maior deles, do “empirismo crasso” – isto é, crente de que a leitura “imparcial” das fontes conduz infalivelmente à verdade – e da visão histórica praticada no Antigo Regime, ainda viva.

Ocioso será perguntar quem terá sido, afinal, esse pai fundador⁵⁹. O próprio Capistrano de Abreu, é certo, procurou introduzir na historiografia nacional aqueles elementos científicos cuja ausência criticava em Varnhagen. Em que medida a inovação impactou a história da historiografia brasileira é questão que aqui se deixa em aberto. Não obstante, no que diz respeito à história da Guerra Holandesa, Abreu revisitou também as narrativas seiscentistas⁶⁰ e, acerca de uma delas, ao menos, produziu uma reflexão inovadora.

No ensaio *Memorias de um frade*⁶¹, o historiador cearense transporta um dos autores-personagens do conflito, frei Manoel Calado, para a berlinda de sua análise. Na contramão da avaliação de Varnhagen, principia ajuizando o *Lucideno* como “obra de grande valor para a história da invasão dos Holandeses em Pernambuco”⁶². Retraça, a partir daí, a trajetória do frade eborense e das figuras com quem convive em seu livro, especialmente Fernandes Vieira, Maurício de Nassau e Calabar, o qual também recebe de Abreu representação menos condenatória, na qual os crimes que se lhe imputam são relativizados. Não submete, em verdade, o *Lucideno* a minuciosa reavaliação crítica, exceto em pontos específicos, como no juízo que emitira sobre caracteres como o conde de Bagnuolo ou Gaspar Dias Ferreira. Confronta-o, todavia, com outras narrativas e com “os documentos que o Dr. José Hygino descobriu na Hollanda”⁶³.

Abreu, em todo caso, submete aquela fonte a novo inquérito e reflexão, agora transparadigmático. Não se dedica a censurar-lhe anacronicamente os partidarismos, como fizera Porto Seguro, mas aplica-se a leitura em verticalidade, tendo em mente problemas investigativos bem delimitados, que esquadrinha o livro para solucionar. Não enxerga Calado como um par historiográfico, com quem polemizar – este par será, sim, o próprio Varnhagen, desmentido em seus equívocos e excessos – mas como uma versão narrativa cujos compromissos políticos, pressionados pela guerra ainda em curso, levaram-na a deturpações e ódios. Enquanto o autor da *Historia das lutas* perigara enfartar com as parcialidades flagradas no *Lucideno*, Abreu serenamente as situa em seu contexto e parece divertir-se delas.

Este cúmplice [de Nassau, em suas falcatruas] era Gaspar Dias Ferreira, o homem a quem Frei Manoel do Salvador mais odeia e a quem ultraja a cada passo do seu livro. Seria o grande canalha que Frei Manoel apregoa? É bem provável, mas depois dos documentos que o Dr. José Hygino descobriu na Hollanda é sobretudo curiosidade e até *sympathia* que inspira este colono arguto, socio de negociatas com um Príncipe, interlocutor e informador de Barlaeus, naturalizado cidadão hollandez, lá condemnado á morte, evadido da prisão, refugiado finalmente em Portugal. De Portugal escrevia ainda a João Fernandes Vieira, a quem na Hollanda chamava mulato, offerecendo-se para Procurador junto á Côrte dos Pernambucanos revoltosos, e cuja victoria predissera desde os primeiros dias⁶⁴.

Ilustrativo é o cotejamento destas linhas com o ressentimento daquelas em que Varnhagen expressa sua decepção ao confirmar que Nassau “obrava com duplicidade” ao prometer, “cynicamente”, que respeitaria as tréguas lusoneerlandesas de 1641, mas se aproveitara da boa-fé portuguesa para atacar Sergipe e o Maranhão. “Não podemos”, desabafa Porto Seguro, “pôr em dúvida este facto da sua vida que nada o honra, e que veio (*sic*) a fazer diminuir em nós o respeito e quasi estima que tinhamos por esse chefe inimigo”⁶⁵. Abreu abandona o dever, tão caro ao sorocabano, de distribuir o “quinhão de justiça” pertinente a heróis e vilões, debruçando-se sobre uns e outros com distinta curiosidade epistemológica. A biografia que compõe de Calado, se lhe reserva uma apreciação simpática (o estilo caladiano haveria de agradecer o biógrafo, que o cita à larga), escapa às amarras do judicialismo histórico comum às historiografias seiscentista e varnhageniana, apreciando o frade e seu livro sem os contrapesos da balança de Têmis, antes como canais de acesso valiosos para aquele acontecimento e sua época⁶⁶. Eis a ruptura que Varnhagen jamais empreendeu.

Esta distinção indicia o afastamento historiográfico entre Varnhagen e Abreu, no tocante ao tema da Guerra Holandesa. Ainda que já não se encaixem aqui metáforas adâmicas, nem haja pertinência em afirmar que depois dos *Capítulos de história colonial* o Brasil finalmente teria empregado o “moderno método histórico” que tantos ansiaram por batizar, os anos que separam as obras um do outro fermentaram importante maturação da reflexão historiográfica brasileira. Falo em “maturação” porque não convém fazer *tabula rasa* do esforço intelectual precedente nem a Abreu, nem a Varnhagen. Mal comparando, se dispuséssemos de mais documentos, talvez concluíssemos que nem o próprio Heródoto de Halicarnasso foi um herótoto para os Gregos, que no século V a. C. já haveriam de meditar historicamente desde tempo mais remoto, dialogando, aliás, com a milenar escrita da História da Mesopotâmia⁶⁷. As mudanças no pensamento histórico costumam mais tatear do que saltar sobre o escuro do passado. É, pois, discutível a decisão de situar o nascedouro da historiografia brasileira nos anos 1850, quando a América Portuguesa já se representava

historicamente há quase trezentos anos. Mas não é esta a primeira vez que a ânsia adâmica conduz a equívocos.

Notas

¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia das lutas com os holandeses no Brazil. De 1624 a 1654. Pelo autor da Historia Geral do Brasil, barão de Porto Seguro. Nova edição melhorada e acrescentada*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872 [A primeira edição, de 1871, foi depressa revisada e ampliada pelo autor].

² CURTIUS, Ernst R. *European literature and the latin Middle Ages*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1952. Machado de Assis seria dos primeiros a agradecer com o tema, na conhecida nota introdutória de seu *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, alguns anos mais tarde.

³ JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano: parte I. Empresa, e restauração de Pernambuco; & das capitánias Confinantes. Vários, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro anos, e tirados de notícias, relações, e memorias certas*. Lisboa: Na impressão de Antônio Craesbeeck de Mello Impressor de sua Alteza, 1679. Depois do Castrioto, publica-se a *Istoria dele guerre*, do português Santa Teresa, porém em italiano. Em Portugal e no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, a Guerra Holandesa é integrada como capítulo épico da história lusa, pernambucana ou brasileira, amiúde em obras de cunho geral. CLEMENTINO, Kleber. *Historiografia e política nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da Guerra Holandesa no Atlântico Sul (1625-1698)*. Recife: Tese de doutorado defendida no PPG em História da UFPE, 2016, em esp. capítulo 4.

⁴ As influências que impactariam o trabalho de Varnhagen são debatidas em WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, caps 1, 2 e 8.

⁵ “Entre esses autores coevos cinco se distinguem, de obras mais volumosas e originaes, que mui attentamente lêmos, estudámos e confrontámos: Duarte d’Albuquerque, Barlaeus, Calado, Pierre Moureau e João Nieuhoff”. Depois do que Varnhagen passa ao exame crítico “de cada um, segundo a ordem chronologica dos assumptos que historiaram”. VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, Prefácio”, p. IX.

⁶ Desde o começo dos anos 1850, Joaquim Caetano da Silva financiara a tradução para o francês de missivas das autoridades neerlandesas em Recife, documentação consultada por P. M. Netscher e por Varnhagen. Acesso mais amplo às fontes manuscritas neerlandesas se inicia com as viagens de Varnhagen e com a “missão José Higinio” aos Países Baixos (1885-1886). MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo, Alameda, 2008, p. 86. SOUZA, George F. Cabral de. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. Recife, IAHP, 2010, pp. 64 e ss.

⁷ VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, “Prefácio”, pp. VIII-IX.

⁸ WEHLING, *Estado, história, memória, Op. Cit.*, cap. 8. ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, cap. 1. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Rev. Estudos Históricos, n. 1, 1988, pp. 28-54.

⁹ WEHLING, *Estado, história, memória, Op. Cit.*. CARBONELL, Charles-Olivier. *L’histoire dite positiviste em France*. *Romantisme*: 1978, n. 21-22, “Les positivismes”, pp. 173-185.

¹⁰ MELLO, *Rubro veio, Op. Cit.*, p. 64.

¹¹ WEHLING, *Estado, memória, história, Op. Cit.*, pp. 195-210. RODRIGUES, José Honório. *Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: RIHGB, v. 275, abr/jun 1967, pp. 170-196.

¹² REIS, *Identidades do Brasil, Op. Cit.*, pp. 23-24.

¹³ Tal como defendido, por exemplo, em LOPES, Marco Antônio. *Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, jul-dez de 2008, pp. 633-656.

¹⁴ Para uma discussão sobre a escrita da História no Antigo Regime, CLEMENTINO, *Historiografia e política, Op. Cit.* GRAFTON, Anthony. *What was History? The art of History in early modern Europe*. Florença: Leo S. Olschki ed., 2001. KAGAN, Richard. *Los cronistas y la corona: la política de la História en España en las Edades Media y Moderna*. Madri: C. de Estudios Europa Hispánica, 2010. A pouca generosidade com que

Varnhagen citava outros autores e mesmo fontes já fora, nos anos 1920, sublinhada por João Pandiá Calógeras. WEHLING, *Estado, memória, história, Op. Cit.*, p. 203.

¹⁵ Examinando as bases teóricas de sua obra, Wehling procura demonstrar que, conquanto liberal na mocidade, Porto Seguro aderiu a perspectivas conservadoras a partir dos anos 1840, defendendo politicamente o ideário do Antigo Regime. WEHLING, *Estado, história, memória, Op. Cit.*, p. 103 e *passim*. ODÁLIA, *As Formas do mesmo, Op. Cit.*

¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. 2 vols. Madri: Imprensa de V. de Dominguez; 1854-1857. No volume 1, o tema aparece nos parágrafos finais da “Secção XXVI”, p. 339, seguindo pelas seções XXVII a XXX e partes da XXXI. No volume 2, ocupa as seções XXXII, XXXIII e XXXV.

¹⁷ WEHLING, *Estado, história, memória, Op. Cit.*, p. 138.

¹⁸ Wehling apressa-se a listar essas ressalvas. *Idem, Ibidem*, caps. 3 e 4.

¹⁹ Esta severidade seria atitude comum da historiografia do período, encontrável em autores como Herculano, intentando “demolir as interpretações consagradas”. Na *Historia Geral*, Varnhagen adota-a ao criticar Robert Southey (o qual, não obstante congratulado, não teria escrito história, mas “memórias chronologicas”, aliás faltas de unidade “de ordem ou nexo”), o Pe. Luís Gonçalves dos Santos e outros. Curiosamente, nesta como na *Historia das lutas*, os maiores elogios são reservados a eruditos estrangeiros. *Idem, Ibidem*, p. 139. VARNHAGEN, *Historia Geral, Op. Cit.*, vol. 2, pp. 343-349.

²⁰ A mais elogiada de suas fontes narrativas é a *Rerum per octenium*, de Gaspar van Barlaeus, “escriptor de meritos superiores”. Tratar-se-ia, porém, de obra repleta de incorreções, faltando-lhe a consulta a fontes lusocastelhanas, e excessivamente inclinada a enaltecer Maurício de Nassau e a empresa da WIC. VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, Prefácio, pp. XII-XV.

²¹ VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, Prefácio, pp. IX-XVII. Varnhagen não faz menção à *Historia da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago, pois não conhecia em 1871-1872 o ms. preservado na Biblioteca Municipal do Porto. Será o primeiro a publicá-la, nos números 38 a 43 da revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnographico do Brasil, entre 1875 e 1880. MELLO, J. A. Gonsalves de. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1986 [1960].

²² VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, “Prefácio”, pp. XII e ss.

²³ Abreu lamentava seu desconhecimento do saber sociológico, então nascendo na Europa, que o aprisionara em uma escrita da história ainda cronística, de acúmulo de pormenores, e não baseada na análise e interpretação abrangente. ARAÚJO, *Ronda noturna, Op. Cit.*, p. 34.

²⁴ HOLMES, George. *A Europa na Idade Média (1320-1450)*. Lisboa: Ed. Presença, 1984. ALBERTI, Leon Battista. *Sobre a família*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

²⁵ Curiosamente, Varnhagen havia antes expressado sobre Bagnuolo opinião bastante favorável, chamando-o “distinto italiano” e sugerindo aos baianos uma estátua em sua memória. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil*. 2 vols. Madri: Imprensa de V. de Dominguez; 1854-1857, vol. 1, p. 387. Na *Historia das lutas*, todavia, reavalia-lhe o mérito negativamente. Entrincheirado em Porto Calvo e conhecendo a aproximação de Nassau, em 1637, “tão cauto se mostrou a esse respeito por vezes o mesmo Bagnuolo, que parecia ou temer as balas, ou julgar a sua vida muito essencial para o exito da guerra, ou ter falta de valor...”. Derrotado, empreende “vergonhosa fuga”. VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, p. 166-168.

²⁶ Calado se descreve recebendo a confissão e ministrando os últimos sacramentos de Calabar (passagem que frei Jaboatão, no século XVIII, sugerirá ser mentirosa, mas que Varnhagen acolhe); chefiando setenta e cinco jagunços, nos matos de Porto Calvo, em escaramuças contra os neerlandeses; recolhendo o corpo e os papéis do finado d. Luís de Rojas y Borba; ceando e privando com Maurício de Nassau, em Recife (que “lhe pegou da mão direita, & lha apertou, dizendo. *Esgud vurind*, que na lingua Flamengo quer dizer: bom amigo”); e socorrendo o ferido capitão Ascenso da Silva, que lhe tropeça à porta sangrando de duas balas, “nesta hora em que estou escrevendo este capitulo”. CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno, e Triumpho da liberdade*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1648, pp. 22-23, 26-29, 33, 43 e 122-125.

²⁷ CALADO, *Lucideno, Op. Cit.*, p. 39.

²⁸ VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, p. 129. Para os comentários sobre o estilo de Porto Seguro, WEHLING, *Estado, história, memória, Op. Cit.*, pp. 150-151.

²⁹ VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, “Prefácio”, p. VI.

³⁰ *Idem, ibidem*, pp. 190-191, 284-286 e *passim*.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 350.

³² *Idem, ibidem*, p. 210.

³³ Porto Seguro era adversário intelectual de românticos indigenistas como Domingos Gonçalves de Magalhães, acusando-os de tolas idealizações e de quererem fazer do indígena a base da nacionalidade. Mas argumentava

pela “civilização” do índio via cultura europeia. WEHLING, *Estado, história, memória, Op. Cit.*, pp. 113, 195-197.

³⁴ *Idem, ibidem*, pp. 171 e ss.

³⁵ Produzindo uma edição esmerada, com papel de boa qualidade importado da Holanda e incluindo até um índice onomástico ao final do volume. FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania, historia da guerra brasílica*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675, “Advertencia” e “O impressor aos que leerem”.

³⁶ CLEMENTINO, *Historiografia e política, Op. Cit.*, capítulo 1. Tais hierarquias poderiam privilegiar versões “patrióticas”, como a do *Lucideno* (caso dos *Desagravos de Pernambuco*, de Loreto Couto), ou “graves”, como a *Nova Lusitania*, de Brito Freyre (caso de Borges da Fonseca).

³⁷ VARNHAGEN, *Historia Geral, Op. Cit.*, vol. 2, pp. 184, 467. O contexto da frase não é a Guerra Holandesa, mas a controvérsia em torno do descobrimento cabralino do Brasil, casual ou intencional.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 185. Adiante, Pitta é ainda acusado, junto com outro autor de seu século, de querer “ennobrecer os seus assumptos, com frases retumbantes e elevadas comparações”, almejando a atribuir falsa grandeza a episódios que “em boa critica nem se deveriam chamar historia”.

³⁹ Com exceção de alguns escritores seus contemporâneos, como P. M. Netscher, cujo livro *Os holandeses no Brasil* (1853) “perdeu para nós quase todo o interesse desde que nos foi possível consultar, além de outros, os textos da maior parte dos documentos que cita, às vezes sem ter tido ocasião de estudá-los”. VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, “Prefacio”, p. XXV. Apesar das ferinas estocadas, a obra de Netscher é repetidamente citada no curso do livro. O desapareço de Varnhagen aborreceu Netscher, que depressa redarguiu com *Un mot de réplique a M. Varnhagen* (saído em uma revista neerlandesa e depois em opúsculo, em Haia, em 1873). Porto Seguro justificou-se em carta, incluída como apêndice à edição de 1872.

⁴⁰ CLEMENTINO, *Historiografia e política, Op. Cit.*

⁴¹ MACHADO, Diogo Barbosa. *Fastos políticos, e militares da antigua, e nova Lusitania, em que se descrevem as acçoens memoráveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo*. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1745 (prólogo não paginado).

⁴² JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Serafico Brasílico, ou Chronica dos frades menores da Provincia do Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1858 [volume 1: 1761], vol. 1, pp. IV-V e vol. 2, pp. 172-175. O cuidadoso trabalho erudito de Jaboatão é visível nos “Additamentos” ao volume 2, conservado em manuscrito até sua primeira edição, em 1858. Varnhagen, como dito atrás, ao contrário de Jaboatão, mesmo conhecendo as *Memórias diárias*, acolhe sem críticas a versão caladiana da extrema-unção de Calabar.

⁴³ CLEMENTINO, *Historiografia e política, Op. Cit.*, p. 154 e *passim*.

⁴⁴ MENEZES, Luís de. *Historia de Portugal Restaurado*. Tomo 1. Lisboa: Oficina de João Galvão, 1679, “Prologo” não paginado.

⁴⁵ CLEMENTINO, *Historiografia e política, Op. Cit.*, pp. 54 e ss.

⁴⁶ GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias historicas da provincia de Pernambuco*. 4 vols. Recife: na Typographia de M. F. de Faria, 1844-1848, vol. 2, pp. 29, 133, 138-140.

⁴⁷ VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, p. 242. Ver também p. 236.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 238-241.

⁴⁹ Capistrano de Abreu avaliava que, até 1857, nenhum crítico havia contestado a Fernandes Vieira a chefia do movimento restauracionista, sendo Varnhagen, no segundo volume da *Historia Geral*, quem “rompeu com a unanimidade da tradição”. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaios e estudos (Critica e historia) – 1ª série*. Rio de Janeiro: Livraria Briguier & Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p. 285. Borges da Fonseca, porém, como veremos, já o fizera desde o século XVIII. Abreu, ademais, discorda do papel secundário a que Varnhagen relegara a figura de Fernandes Vieira, negando que fora mera “testa de ferro” de Negreiros na Insurreição e acusando Porto Seguro de ter sido “tão injusto para com Vieira”. *Idem*, pp. 290-291.

⁵⁰ FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana*. 4 vols. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, v. XLVII, 1925, vol. I, p. 420 e vol. II, p. 207.

⁵¹ VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, p. 289.

⁵² MELLO, *Rubro veio, Op. Cit.*, p. 190.

⁵³ GAMA, *Memórias historicas, Op. Cit.*, pp. 133-140, 146, 148-149.

⁵⁴ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

⁵⁵ GRAFTON, *What was history? Op. Cit.*. ARIÈS, P. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

⁵⁶ CLEMENTINO, *Historiografia e política, Op. Cit.*

⁵⁷ ABREU, *Ensaios e Estudos, Op. Cit.*, pp. 139-140.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 140.

⁵⁹ REIS, *Identidades do Brasil, Op. Cit.*, p. 85, introduz pequena alteração e denomina Abreu o “Heródoto do povo brasileiro”, em comparação com o apelido de “Heródoto do Brasil”, que outorga a Varnhagen no mesmo livro. O capítulo, ademais, aponta os teóricos franceses e alemães lidos por Abreu, que teria transitado do contismo dos primeiros anos para o pensamento historicista, na maturidade.

⁶⁰ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1907], capítulo VIII: “Guerras flamengas” e suas notas.

⁶¹ ABREU, *Ensaios e estudos, Op. Cit.*, pp. 243-295.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 245.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 274. SOUZA, *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Op. Cit.*, p. 64.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 274.

⁶⁵ VARNHAGEN, *Historia das lutas, Op. Cit.*, p. 226.

⁶⁶ Neste sentido, identifica-se em Abreu um precursor e inspirador da reavaliação encontrada mais tarde em MELLO, J. A. Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

⁶⁷ REDE, Marcelo. “A construção do passado nas crônicas assiro-babilônicas”. In: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre (a escrita da) História*. São Paulo: Alameda, 2009.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1907].

_____. *Ensaios e estudos (Crítica e história) – 1ª série*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet & Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ALBERTI, Leon Battista. *Sobre a família*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Rev. Estudos Históricos, n. 1, 1988, pp. 28-54.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno, e Triunpho da liberdade*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1648.

CARBONELL, Charles-Olivier. *L’histoire dite positiviste em France*. *Romantisme*: 1978, n. 21-22, “Les positivismes”, pp. 173-185.

CLEMENTINO, Kleber. *Historiografia e política nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da Guerra Holandesa no Atlântico Sul (1625-1698)*. Recife: Tese de doutoramento defendida no PPG em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

CURTIUS, E. R. *European literature and the latin Middle Ages*. Princeton: Univ. Press, 1952.

FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana*. 4 vols. Rio de Janeiro: Anais da Bibliotheca Nacional, v. XLVII, 1925.

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania, historia da guerra brasilica*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675.

GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*. 4 vols. Recife: na Typographia de M. F. de Faria, 1844-1848.

GRAFTON, Anthony. *What was History? The art of History in early modern Europe*. Florença: Leo S. Olschki ed., 2001.

HOLMES, George. *A Europa na Idade Média (1320-1450)*. Lisboa: Ed. Presença, 1984.

- JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Serafico Brasilico, ou Chronica dos frades menaeres da Provincia do Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1858.
- JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano: parte I. Empresa, e restauração de Pernambuco; & das capitancias Confinantes. Varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas, acontecidos pello discurso de vinte e quatro anos, e tirados de notícias, relações, e memorias certas*. Lisboa: Na impressão de Antônio Craesbeeck de Mello Impressor de sua Alteza, 1679.
- KAGAN, Richard. *Los cronistas y la corona: la política de la História en España en las Edades Medya y Moderna*. Madri: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010.
- LOPES, Marco Antônio. *Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, jul-dez de 2008, pp. 633-656.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Fastos politicos, e militares da antiga, e nova Lusitania, em que se descrevem as acçoens memoráveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo*. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1745.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo, Alameda, 2008.
- MELLO, J. A. Gonsalves de. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1986 [1960].
- _____. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- MENEZES, Luís de. *Historia de Portugal Restaurado*. Tomo 1. Lisboa: Oficina de João Galvão, 1679.
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.
- ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Ed. Da UNESP, 1997.
- REDE, Marcelo. “A construção do passado nas crônicas assiro-babilônicas”. In: PIRES, Francisco Murari (Org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre (a escrita da) História*. São Paulo: Alameda, 2009.
- REIS, José C. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. *Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: RIHGB, v. 275, abr/jun 1967, pp. 170-196.
- SOUZA, George F. Cabral de. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. Recife, IAHGP, 2010.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia das lutas com os holandezes no Brazil. De 1624 a 1654. Pelo autor da Historia Geral do Brasil, barão de Porto Seguro. Nova edição melhorada e acrescentada*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.
- _____. *Historia Geral do Brazil*. 2 vols. Madri: Imprensa de V. de Dominguez; 1854-1857.
- WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.